

Abdias do Nascimento e o quilombismo como projeto emancipatório nacional

Abdias do Nascimento and quilombismo as a national emancipatory project

André Luiz Pereira Pinho

Graduado em História

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

andrelluiz999@proton.me

Recebido: 11/12/2025

Aprovado: 21/01/2026

Resumo: O artigo examina a formulação do quilombismo por Abdias do Nascimento como projeto político, filosófico e civilizatório do povo negro no Brasil. A partir da experiência histórica dos quilombos, especialmente Palmares, o autor analisado transforma o quilombo em paradigma de reorganização social, propondo um modelo de sociedade anticapitalista, antirracista, pan-africanista e afro-indígena. O texto discute como o quilombismo articula memória da resistência à escravidão, crítica ao mito da democracia racial e defesa de um Estado fundado na autodeterminação negra, na democracia de base e na centralidade da cultura afro-brasileira. Dialogando com autores como Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Amílcar Cabral e Frantz Fanon, o artigo argumenta que o quilombismo não idealiza o passado, mas mobiliza os legados quilombolas como ferramenta teórica e política para a refundação radical do Brasil em bases populares e plurirraciais. Conclui-se que essa visão reposiciona o protagonismo negro nos debates sobre nação, classe, desenvolvimento e descolonização do Estado brasileiro no Brasil.

Palavras-chave: quilombismo; pensamento negro; pan-africanismo.

Abstract: The article examines Abdias do Nascimento's formulation of quilombismo as a political, philosophical, and civilizational project of the Black population in Brazil. Drawing on the historical experience of quilombos, especially Palmares, the author under analysis turns the quilombo into a paradigm for social reorganization, proposing a model of anti-capitalist, anti-racist, Pan-Africanist and Afro-Indigenous society. The text discusses how quilombismo articulates the memory of resistance to slavery, a critique of the myth of racial democracy, and the defense of a state grounded in Black self-determination, grassroots democracy and the centrality of Afro-Brazilian culture. In dialogue with authors such as Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Amílcar Cabral and Frantz Fanon, the article argues that quilombismo does not idealize the past, but mobilizes quilombola legacies as a theoretical and political tool for the radical refounding of Brazil on popular and pluri-racial bases. It concludes that this perspective repositions Black protagonism in debates on nation, class, development and the decolonization of the Brazilian state.

Keywords: quilombismo; Black thought; Pan-Africanism.

Introdução

A formulação do quilombismo por Abdias do Nascimento (1980) constitui um dos esforços mais ambiciosos de pensar, a partir do Brasil, um projeto político, filosófico e civilizatório negro para além das fronteiras nacionais. Longe de tratar os quilombos apenas como refúgios de escravizados fugidos, Abdias os toma como matrizes históricas de sociabilidade, economia, espiritualidade e poder, capazes de orientar a refundação da sociedade brasileira em bases antirracistas, anticapitalistas e pan-africanistas. Este artigo parte da hipótese formulada pelo ícone do panafricanismo brasileiro de que o quilombismo deve ser compreendido não apenas como metáfora de resistência, mas como proposta sistemática de reorganização do Estado, da economia e da própria ideia de nação.

O problema que orienta a investigação pode ser formulado nos seguintes termos: em que medida o quilombismo condensa, reatualiza e radicaliza debates do pensamento negro brasileiro e do pan-africanismo ao propor um projeto nacionalista não branco, socialista e afro-indígena para o Brasil? Ao recuperar a centralidade dos quilombos (e de Palmares, em particular) como experiências históricas de poder popular negro, Abdias desloca o quilombo do campo da memória heroica para o terreno da teoria política e da imaginação institucional, propondo-o como paradigma para a construção de um “Estado quilombista”.

A pertinência deste estudo decorre tanto da ofensiva histórica contra direitos quilombolas (mesmo após a constituição de 1988) e políticas de ação afirmativa quanto da atualidade das disputas em torno da forma do Estado e do desenvolvimento no Brasil. Em um cenário de duradouro (nunca deixou de existir) do racismo no Brasil e no mundo (não só, mas principalmente no Ocidente), de avanço de projetos autoritários e de reconfiguração do capitalismo global, revisitar o quilombismo permite recolocar o protagonismo negro no centro das discussões sobre democracia, soberania e futuro nacional. Trata-se também de tensionar leituras acadêmicas (ou não) alienadas e liberais ou meramente culturais da questão racial, evidenciando seu enraizamento em estruturas econômicas, geopolíticas e epistêmicas.

O artigo se ancora em uma abordagem teórico-conceitual e em pesquisa bibliográfica, mobilizando textos de Abdias do Nascimento (1980; 1978) em especial *O quilombismo* e *O genocídio do negro brasileiro*, em diálogo com a produção de Clóvis Moura (1981), Beatriz Nascimento (2020), Lélia Gonzalez (2020), Amílcar Cabral (1969), Frantz Fanon (1961), Julius Nyerere (1978) e Darcy Ribeiro (1995), entre outros. Ao aproximar o quilombismo das formulações sobre revolução africana, socialismo negro, nacionalismo anticolonial e crítica à democracia racial, busca-se evidenciar as

continuidades e singularidades do projeto nacional-panafricanista no interior de uma constelação mais ampla de lutas do Atlântico Negro.

Metodologicamente, articulam-se duas operações principais. Em primeiro lugar, a reconstrução do contexto histórico e intelectual em que Abdias elabora o quilombismo, considerando sua trajetória no movimento negro, sua atuação parlamentar e sua inserção em redes pan-africanistas. Em segundo lugar, a análise das categorias centrais, como: quilombo, nação, Estado, povo negro, cultura, socialismo, pan-africanismo, alianças afro-indígenas, com atenção às suas implicações para a crítica do capitalismo dependente e do mito da democracia racial no Brasil.

A estrutura do texto reflete esse percurso. Na primeira seção, discutimos a emergência do quilombismo no cruzamento entre memória da escravidão, experiências contemporâneas de comunidades quilombolas e debates sobre a questão nacional. Na segunda, examinamos o núcleo conceitual do projeto quilombista, destacando a transformação do quilombo em paradigma de organização econômica, política e cultural. Na terceira, exploramos as consequências do quilombismo para a reflexão sobre Estado, desenvolvimento e descolonização, enfatizando sua atualidade frente às lutas quilombolas, indígenas e periféricas do presente.

Ao final, argumentamos que o quilombismo, longe de ser uma utopia abstrata ou um mero símbolo identitário, configura-se como tecnologia política e epistêmica capaz de reordenar as relações entre raça, classe, território e poder no Brasil. Ao recolocar o povo não branco como sujeito coletivo da história nacional, o quilombismo questiona tanto os limites do nacional-desenvolvimentismo quanto as promessas inconclusas da democracia liberal, propondo uma outra gramática de futuro ancorada nos legados, saberes e experimentações dos quilombos brasileiros. Ao situar o quilombismo entre história social, teoria política e estudos anti-coloniais, o artigo pretende, por fim, contribuir para reavivar a memória revolucionária de Abdias e sua contribuição como produtor cultural, político, professor e acadêmico de renome internacional, reconhecendo-o como intelectual orgânico que formula, desde o “terceiro mundo” um projeto de sociedade. Com isso, busca-se também oferecer ferramentas analíticas para compreender a vitalidade contemporânea das práticas e imaginações quilombistas. Essas reflexões dialogam diretamente com disputas políticas em curso.

O quilombismo como herança

A compreensão do quilombismo exige o retorno à própria história dos quilombos, pois é nesse território simbólico e material que Abdias do Nascimento encontra as bases para formular seu conceito

fundamental. O quilombo não figura, nesse sentido, como arco ou capítulo fechado do passado, mas como experiência histórica de longa duração que revela outra racionalidade social possível, construída no seio de um regime escravista cuja lógica de opressão foi enfrentada pela criação de formas próprias de organização. É por isso que, antes de se constituir como conceito político contemporâneo, o mesmo se mostra como continuidade de um processo de insurgência e invenção coletiva iniciado pelos africanos escravizados e seus descendentes.

Essa perspectiva se aproxima da leitura de Clóvis Moura, para quem os quilombos constituíam muito mais do que simples refúgios, sendo expressão direta da luta de classes no escravismo e da capacidade organizativa das populações negras. Moura refuta categoricamente qualquer interpretação que reduza os quilombos a agrupamentos improvisados ou de subsistência mínima. Em *Os Quilombos e a Rebelião Negra*, ele demonstra a complexidade econômico-social dessas formações:

os negros eram divididos em grupos, ou setores, todos trabalhando de acordo com a sua especialidade. Esta forma de divisão do trabalho levava a que houvesse quilombolas como tropas avançadas (...). Havia, também, os campeiros, ou criadores, que cuidavam do gado (...). Os agricultores tomavam conta das terras e produziam nas roças e plantações. Aqueles que eram encarregados dos engenhos, fabricação de açúcar, aguardente, azeite, farinha e outros produtos complementavam a camada de trabalhadores do quilombo. A disciplina era única para todos aqueles que trabalhavam, de acordo com as normas e obrigações estabelecidas pelo costume. (...) As colheitas eram conduzidas aos paióis da comunidade para distribuição coletiva. (MOURA, 1981, p. 49).

Essa passagem evidencia que os quilombos operavam como verdadeiras sociedades alternativas, dotadas de organização política, economia própria, disciplina coletiva e mecanismos de autodefesa. Eles não apenas resistiam à ordem escravista, mas a desafiavam em sua raiz estrutural, convertendo-se em alternativas concretas à sociedade colonial.

A partir desse entendimento, Moura formula o conceito de “quilombagem”, definido como um movimento permanente de resistência negra que atravessou todo o período escravista e continuou a existir após a abolição formal. A quilombagem designa tanto a materialidade dos quilombos quanto a persistência de práticas insurgentes, a circulação de conhecimentos e a constituição de redes de solidariedade e fuga que escapavam ao controle senhorial. Assim, o quilombo deixa de ser evento isolado e torna-se processo histórico contínuo de oposição organizada ao status quo. Essa continuidade é decisiva para a formulação do quilombismo por Abdias, que enxerga nesse movimento não um vestígio, mas uma lição política sobre autonomia, democracia popular e autogoverno negro.

É nesse ponto que o diálogo com Beatriz Nascimento se torna indispensável. Sua obra, reunida em grande parte em *Uma História Feita por Mãos Negras*, amplia e complexifica a interpretação dos quilombos ao compreendê-los não apenas como formas de resistência, mas como sistemas sociais alternativos dotados de lógica própria. Em seu texto fundamental *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas* (2020), Nascimento formula de maneira precisa:

proposta que tem por objetivo estabelecer uma linha de continuidade histórica entre os quilombos como forma de resistência organizada dos negros nos séculos de dominação escravista e suas formas atuais de resistência. A importância dos ‘quilombos’ para os negros na atualidade pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo. (NASCIMENTO, 2020, p. 104).

A força dessa formulação desloca o imaginário médio tradicional dos quilombos como simples espaços de fuga ou reações espontâneas, permitindo compreendê-los como experiências densas de organização comunitária e como territórios de produção de vida coletiva. Para Beatriz, o quilombo não se restringe a um espaço físico subtraído ao controle colonial, mas constitui um território simbólico onde memória, ancestralidade e práticas políticas de autodeterminação se entrelaçam. O quilombo opera, assim, como matriz de territorialidade negra, capaz de articular laços culturais e sociabilidades novas, formadas a partir da experiência compartilhada da violência, da diáspora e da reconstrução de identidade. Nesse sentido, a análise de Beatriz revela como africanos de diferentes origens, submetidos a processos de desumanização, puderam reconfigurar vínculos sociais e criar comunidades coesas, assumindo a identidade quilombola como horizonte político e epistemológico.

Essa leitura abre caminho para a formulação do conceito de quilombo contemporâneo. Para Beatriz, quilombo é uma categoria capaz de se atualizar em diferentes formas de organização negra no Brasil moderno, como favelas, terreiros, associações comunitárias e movimentos sociais. Essa continuidade política revela que o quilombo permanece como alternativa viva de organização social, e não apenas como registro histórico.

A partir dessas interpretações, pode-se afirmar que o conceito de quilombismo não nasce do acaso. Pelo contrário, ele emerge das práticas efetivamente desenvolvidas pelas comunidades quilombolas, do dinamismo da quilombagem e das reflexões contemporâneas que reconhecem na organização sócio-cultural quilombola um sistema capaz de sobreviver e se renovar. Tanto em Moura quanto em Beatriz, e posteriormente em Abdias, observa-se um movimento teórico convergente, o quilombo deixa de ser no imaginário popular um objeto passivo da história para tornar-se sujeito ativo

da política. E, como tal, revela o potencial de se converter em fundamento para um projeto de sociedade.

Assim, a herança histórica dos quilombos não pode ser interpretada apenas como lembrança nostálgica ou símbolo da resistência passada. Ela constitui base concreta para o entendimento de que os quilombos existentes no período escravista (séc. XVI-XIX) foram experiências reais de outro mundo possível, capazes de gerar economias próprias, sistemas de segurança, linguagens políticas e estruturas culturais que escapavam ao domínio colonial. Essa herança fornece o alicerce sobre o qual Abdias do Nascimento edificará, posteriormente, um dos projetos mais ousados de transformação nacionais formuladas no Brasil: o quilombismo como proposta sistemática de reorganização do Estado e da sociedade a partir da experiência política negra.

A elaboração do quilombismo como filosofia política constitui um marco decisivo na história do pensamento afro-brasileiro. Em *O Quilombismo* (NASCIMENTO, 1980), Abdias desloca o quilombo de uma condição imaginada como meramente histórica para uma posição epistemológica e civilizatória, concebendo-o como matriz de conhecimento, tecnologia de organização social e fundamento para um novo projeto de Estado. Sua formulação parte do reconhecimento de que a experiência quilombola produziu, no interior da ordem colonial, formas próprias de sociabilidade, economia e autogoverno, formas estas capazes de resistir ao racismo e à lógica predatória do escravismo em suas mais diversas atribuições (do ganho nos meios urbanos à foice nos canaviais), por meio da criação de estruturas autônomas de vida coletiva.

Essa leitura aparece com clareza quando Abdias define o quilombismo como expressão profunda de uma praxis político-cultural negra, afirmando:

Porém tanto os permitidos quanto os ‘ilegais’ foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta praxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo. (NASCIMENTO, 1980, p. 211)

Ao qualificar o quilombismo como “praxis afro-brasileira”, Abdias evidencia que não se trata de mera metáfora histórica, mas de um sistema político originado nas lutas negras, capaz de orientar a construção de um Estado verdadeiramente democrático, comunitário e antirracista. Sua força reside justamente em identificar, nas formas concretas de organização quilombola, uma racionalidade política e cultural que a historiografia tradicional tentou silenciar, mas que contém os elementos fundamentais para pensar a reconstrução do Brasil sob uma perspectiva negra, autônoma e descolonizada.

No centro dessa elaboração está a noção de episteme quilombista. Para Abdias (1980), o quilombo constitui uma forma de conhecimento e uma maneira de organizar a existência a partir dos princípios da coletividade, da reciprocidade, da autonomia e da igualdade substantiva. Trata-se de uma episteme que se opõe frontalmente aos valores eurocêntricos que sustentaram o colonialismo, o capitalismo e a supremacia branca no Brasil. Abdias compreende que o quilombo é, simultaneamente, memória histórica, instrumento teórico e horizonte político. Ao reinterpretá-lo como projeto civilizatório, o autor propõe que a experiência quilombola não apenas revela o passado da população negra, mas contém o código de futuro capaz de orientar a construção de uma sociedade descolonizada e igualitária.

Essa leitura implica reconhecer o quilombo como tecnologia política afro-brasileira, no sentido de que ele oferece modelos práticos de organização econômica, de governança interna, de autodefesa e de produção cultural. Abdias aponta que Palmares, em especial, manifestou uma complexa estrutura social, com divisão de trabalho, sistemas produtivos, mecanismos de deliberação e estratégias militares eficazes (NASCIMENTO, 1980). Embora o autor reconheça que Palmares não deve ser romantizado como uma utopia perfeita, ele sustenta que ali se delinearam elementos fundamentais de uma alternativa política afro-brasileira, cuja lógica interna estava fundada nos valores comunitários e na autonomia coletiva. É justamente esse conjunto de práticas que o quilombismo transforma em fundamento teórico, propondo que os princípios que orientaram os quilombos históricos podem ser adaptados e ampliados para reorganizar a vida social e econômica no presente.

Ao elevar o quilombismo à condição de proposta de Estado, Abdias opera o gesto intelectual mais ousado de sua obra, não se limitando a reivindicar direitos para a população negra dentro da ordem vigente, ele propõe uma reconfiguração estrutural do Estado brasileiro, orientada por valores afrocentrados e pela justiça racial. Isso envolve, entre outros pontos, a democratização radical das instituições, a valorização das culturas de matriz africana, a centralidade da educação antirracista, a redistribuição de terras e recursos, a autonomia territorial de comunidades tradicionais, negras e indígenas e a criação de uma política externa vinculada ao pan-africanismo. O objetivo último é refundar a nação brasileira em bases verdadeiramente plurais, rompendo com a hegemonia branca e eurocêntrica que presidiu sua formação.

Essa operação teórica revela que Abdias não toma os quilombos como resquício folclórico ou mito fundacional, mas como modelo de futuro. O passado torna-se projeto, o quilombo, longe de

desaparecer com o fim formal da escravidão, ressurge como alternativa diante do fracasso do Estado brasileiro em garantir igualdade, liberdade e dignidade às populações afrodescendentes. Ao transformar experiências históricas de resistência em plataforma política para o século XX e XXI, Abdias constrói uma ponte entre temporalidades e demonstra que a luta pela liberdade negra é movimento contínuo, capaz de reinventar-se e expandir-se.

O Quilombismo como projeto afro-socialista para o Brasil

A formulação de uma teoria social tão avançada, deve migrar para espaços além da interpretação histórica dos quilombos, constitui-se como crítica estruturante ao capitalismo racial brasileiro e, simultaneamente, como proposição de um socialismo negro de base comunitária. Em *O Genocídio do Negro Brasileiro* (NASCIMENTO, 1978), Abdias do Nascimento identifica no capitalismo dependente praticado no Brasil uma lógica genocida, entendida não apenas como eliminação física, mas como destruição sistemática das possibilidades de vida das populações negras. O autor demonstra que, desde o período colonial, a sociedade brasileira estruturou-se sobre a exploração extrema da mão de obra africana escravizada e, posteriormente, sobre a marginalização econômica de seus descendentes, incorporando o racismo como mecanismo funcional para a reprodução do capital.

Essa análise leva Abdias a rejeitar frontalmente o mito da democracia racial, concebido como instrumento ideológico para mascarar a violência contínua contra a população negra. Segundo ele, ao negar a existência do racismo, a ideologia da democracia racial legitima desigualdades profundas e impede que o país reconheça sua própria formação como sociedade racializada. A essa denúncia se soma a crítica à ideologia do branqueamento, presente desde o final do século XIX e operando como política de Estado no século XX, cujo objetivo era integrar o negro apenas como força de trabalho, mas apagando sua cultura, memória e identidade. Para Abdias, o branqueamento não representa assimilação, mas extermínio simbólico, configurando outra dimensão do genocídio.

Ao conceber o racismo como fundamento e não como desvio do capitalismo dependente brasileiro, Abdias aproxima-se das formulações do marxismo negro, especialmente daquelas desenvolvidas por Frantz Fanon (1961), que analisou a articulação entre colonialismo, produção econômica e hierarquia racial. Assim como Fanon compreendeu que a economia colonial só opera mediante a racialização dos corpos, o sociólogo brasileiro sustenta que a economia brasileira só se sustenta por meio da sistemática precarização e morte social da população negra. A proposta

quilombista nasce, portanto, da necessidade de romper não apenas com as aparências liberais do Estado brasileiro, mas com a máquina econômica que produz desigualdade racial como condição de existência.

É nesse horizonte crítico que o quilombismo se aproxima das experiências do socialismo africano do século XX. Entre essas experiências, destaca-se o pensamento de Julius Nyerere (1968), formulado no âmbito da Tanzânia independente e sintetizado em *Ujamaa: Essays on Socialism*, inclusive citado como inspiração na própria obra de Abdias (1980). O conceito de ujamaa, frequentemente traduzido como “família ampliada” ou “comunalidade”, propõe um socialismo assentado na tradição comunitária africana, no qual a terra, tradicionalmente, não é mercadoria, mas fundamento coletivo da vida social. Nyerere defende que não se pode construir um socialismo autêntico importando modelos europeus, é preciso recuperá-lo das práticas históricas de solidariedade e reciprocidade que caracterizam as sociedades africanas. Essa perspectiva ecoa profundamente o argumento de Abdias, para quem o quilombo revela, em terras brasileiras, uma versão afro-diaspórica dessa mesma tradição.

A valorização da comunidade, central no pensamento ujamaaísta, encontra paralelo direto na proposta quilombista. Para ambos, a vida coletiva e a tomada de decisões pela comunidade são pilares indispensáveis de uma sociedade justa. Abdias descreve o quilombo como espaço de autogestão, no qual a economia é organizada coletivamente e orientada pelas necessidades da comunidade, e não por demandas externas de acumulação.

O quilombismo, ao formular uma economia comunitária, solidária e autogestionária, articula-se diretamente à tradição do socialismo africano. Se Julius Nyerere defende que a terra deve ser de propriedade coletiva porque isso reflete valores originários africanos, Abdias do Nascimento demonstra que os quilombos brasileiros historicamente já materializavam tais princípios. Em *O Quilombismo*, ele descreve a economia quilombista como expressão concreta do comunitarismo africano, afirmando:

Como sistema econômico, o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo e/ou ujamaísmo da tradição africana. Em tal sistema as relações de produção diferem basicamente daquelas prevalecentes na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo, principalmente o lucro obtido com o sangue do africano escravizado. [...] Todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo. Uma sociedade criativa no seio da qual o trabalho não se define como uma forma de castigo, opressão ou exploração; o trabalho é antes uma forma de libertação humana que o cidadão desfruta como um direito e uma obrigação social. (NASCIMENTO, 1980, p. 218).

Essa formulação evidencia que, muito antes das teorizações modernas sobre socialismo, os quilombos já haviam desenvolvido economias comunais fundadas na partilha, na cooperação e no uso coletivo dos meios de vida. A economia interna de Palmares, com cultivo coletivo, redistribuição de bens e mecanismos de proteção alimentar, demonstra que tais comunidades constituíram alternativas reais ao modelo colonial-capitalista. Essas práticas, frequentemente apagadas pela historiografia eurocêntrica, constituem elementos centrais para um novo projeto político de Brasil. A economia comunal quilombista rompe com os fundamentos do capitalismo, cuja lógica individualista e privatista sustenta a violência racial brasileira e perpetua desigualdades estruturais.

As conexões entre quilombismo e socialismo africano tornam-se ainda mais evidentes quando se observa a crítica comum ao modelo industrial ocidental como única via de desenvolvimento. Tanto Abdias quanto Nyerere rejeitam a ideia de que o progresso se mede pela capacidade de imitar padrões econômicos europeus. Para eles, um projeto de libertação deve ser capaz de resgatar valores civilizatórios próprios, descolonizando a economia e reconstruindo as formas de vida coletiva.

Assim, quando é formulado um projeto político, ele o inscreve dentro de uma tradição transnacional de socialismo negro e de lutas anticoloniais que se estende da África às Américas. O quilombo torna-se, então, não apenas símbolo de resistência, mas matriz de uma economia outra, capaz de orientar o Brasil rumo à justiça racial e à soberania nacional. Essa economia comunal quilombista, enraizada em valores africanos de solidariedade e autogestão, constitui alternativa radical ao capitalismo dependente e racializado que moldou a história brasileira.

A articulação do quilombismo como conceito pan-africanista e com as teorias anticoloniais constitui um dos pontos mais profundos da literatura revolucionária brasileira. Como Cabral (1969) propunha a reinvenção de uma consciência nacional africana como ferramenta para a libertação de Guiné e Cabo Verde, Abdias reivindica a necessidade de uma consciência que recupere a dignidade histórica das populações afro-brasileiras e as reorienta em direção a um projeto de soberania coletiva. O quilombo, nessa perspectiva, atua como símbolo político, mas também como matriz cultural capaz de descolonizar o imaginário brasileiro e romper com a identidade subalternizada que o Estado racial pretendia impor. O quilombismo se apresenta, portanto, como expressão brasileira da luta continental por emancipação que marcou o século XX, alinhando-se ao legado de líderes como Cabral, Nkrumah, Fanon e Nyerere. Trata-se de uma forma de pan-africanismo profundamente enraizada nas experiências afro-diaspóricas que compõem a história nacional.

Destarte, o quilombismo pode ser compreendido como uma forma de socialismo negro, isto é, um socialismo não eurocêntrico, concebido a partir das vivências políticas, culturais e econômicas das populações negras nas Américas. Abdias reconhece que o marxismo europeu, embora importante para a crítica ao capitalismo, falhou ao não considerar a centralidade da raça como elemento estruturante da exploração moderna. Em *O Quilombismo* (NASCIMENTO, 1980), ele critica explicitamente a esquerda branca brasileira por ignorar a especificidade da opressão negra e por tentar subordinar a luta racial à luta de classes, colocando a emancipação negra em posição secundária. Em um trecho emblemático, Abdias afirma:

Obstar o ensinamento e a prática genocidas do supremacismo branco é um fator substantivo do quilombismo. [...] Quebrar a eficácia de certos slogans que atravessam a nossa ação contra o racismo, como aquele da luta única de todos os trabalhadores, de todo o povo ou de todos os oprimidos, é um dever do quilombista. (NASCIMENTO, 1980, p. 226).

Essa crítica se aproxima das formulações de Frantz Fanon, que denunciou a incapacidade dos marxismos metropolitanos de compreender a realidade colonial, afirmando que, nas sociedades racializadas, “a superestrutura política e ideológica é mais importante que a infraestrutura econômica” (FANON, 1961). É justamente nesse ponto que o quilombismo se distingue dos modelos europeus e se insere na tradição do socialismo pan-africanista, propondo uma teoria revolucionária enraizada na experiência histórica e na luta anticolonial das populações afrodescendentes.

O sistema político proposto fundamenta-se em valores herdados das experiências quilombolas e das tradições africanas da diáspora, incorporando princípios essenciais para a construção de uma sociedade verdadeiramente descolonizada. A autodefesa coletiva constitui núcleo dessa proposta, pois o autor entende que populações negras e indígenas têm historicamente enfrentado um Estado que não as protege, mas as elimina. Nos quilombos históricos, a autodefesa não era apenas militar, mas também cultural, econômica e espiritual. Abdias retoma essa lógica ao propor mecanismos de proteção comunitária que garantam autonomia territorial e segurança coletiva.

Do ponto de vista econômico, o quilombismo sustenta que a comunidade deve ser o centro da produção e da distribuição, rejeitando a lógica individualista e acumulativa do capitalismo. Essa concepção ecoa diretamente o ujamaa de Nyerere, segundo o qual o desenvolvimento deve partir da cooperação, e não da competição. A economia quilombista, baseada na partilha e na produção coletiva, contrapõe-se ao modelo dependente brasileiro, que concentra riquezas e reproduz desigualdades raciais. O quilombismo propõe, assim, uma economia solidária e autogestionária, construída desde as

bases populares, à semelhança das aldeias tanzanianas que inspiraram Nyerere. Em ambos os casos, trata-se de recuperar valores ancestrais para construir projetos modernos de justiça social.

A democracia de base constitui outro pilar fundamental do quilombismo. Abdias rejeita modelos liberais de representação que historicamente excluíram negros e indígenas da participação política, defendendo formas de deliberação comunitária que retomam práticas dos quilombos, como assembleias e conselhos coletivos. Para ele, a democracia quilombista não é apenas formal, mas substantiva, fundada na participação direta das massas populares e na reorganização radical das estruturas sociais. Em *O Quilombismo*, Abdias formula de modo contundente:

Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas, as quais serviriam unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva, que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes (NASCIMENTO, 1980, p. 217–218).

Essa concepção se aproxima das reflexões de Amílcar Cabral sobre a necessidade de um Estado popular construído desde o povo e para o povo, por meio da participação direta das massas, sem a qual não há verdadeira libertação nacional. Em discurso citado por Abdias, Cabral afirma: “a luta de libertação é, acima de tudo, uma luta tanto para a preservação e sobrevivência dos valores culturais do povo, quanto para a harmonização e desenvolvimento desses valores dentro da estrutura nacional.” (CABRAL, 1973, p. 48).

A democracia quilombista, portanto, articula-se com a tradição revolucionária africana ao propor instituições enraizadas no povo, baseadas na participação direta e no controle coletivo das decisões fundamentais da comunidade. Tal perspectiva também dialoga com Frantz Fanon, que alertava para os perigos da burocratização pós-independência e defendia a criação de novas formas políticas fundadas na mobilização contínua das massas (FANON, 1961).

De tal modo pode-se concluir que o quilombismo articula anticapitalismo, antirracismo e pan-africanismo em um modelo socialista próprio, distinto das formulações europeias. Ele é, simultaneamente, crítica radical ao capitalismo racial brasileiro, herdeiro de séculos de escravidão e genocídio, e afirmação positiva de uma alternativa política enraizada nas experiências afro-diaspóricas e indígenas, formulando assim, um projeto que dialoga com as lutas africanas de libertação, mas que se traduz na realidade brasileira por meio da memória histórica dos quilombos e das condições contemporâneas de opressão. Ao fazê-lo, constrói um socialismo não branco e comunalista que se apresenta não apenas como teoria, mas como possibilidade concreta de refundação do Brasil.

Quilombismo a afro-brasilidade, o pan-africanismo, o afro-feminismo e o afro-indigenismo

A construção do quilombismo como projeto político-nacional implica a formulação de uma nova ideia de Brasil. Para Abdias do Nascimento, a verdadeira liberdade do país só será alcançada quando se reconhecer a centralidade da experiência negra na formação da nação e quando o Estado romper com suas estruturas de branquitude, o autor afirma de maneira contundente que o Brasil não pode se emancipar enquanto insistir em uma identidade nacional baseada na negação de suas matrizes africanas. O projeto embranquecedor, que permeou tanto a política oficial quanto os imaginários sociais desde o século XIX, não constitui simples equívoco ideológico, mas um mecanismo sistemático de marginalização e apagamento das contribuições negras. O Estado brasileiro, estruturado sobre as consequências históricas da escravidão e da violência racial, opera para garantir o privilégio da elite branca enquanto submete a população negra a condições de vulnerabilidade material, simbólica e política. (NASCIMENTO, 1980)

É nesse contexto que Abdias defende a necessidade de uma “afro brasilidade” como eixo reorganizador da vida nacional. Essa afro-brasilidade não se confunde com essencialismos ou exclusivismos, mas representa o reconhecimento de que os valores, práticas, culturas e formas de organização desenvolvidas pelas populações afrodescendentes constituem o coração da criatividade e da resistência brasileira, ao propor que esses elementos orientem o futuro do país, afirma a necessidade de uma nova hegemonia cultural capaz de desestabilizar o pacto racial que sustentou o poder branco ao longo dos séculos.

A crítica da branquitude é fundamental para esse projeto, se fazendo de suma importância dismantlar o Estado embranquecedor, que historicamente tentou diluir a presença negra na formação nacional, seja por meio de políticas explícitas de branqueamento populacional, seja por meio da tentativa de “folclorizar” as culturas afro-brasileiras, integrando-as à nacionalidade apenas como espetáculo, mas não como fundamento político. O problema, não é apenas a violência física, mas a violência epistêmica e simbólica que interrompe a participação plena dos afrodescendentes na construção da cidadania (NASCIMENTO, 1978).

Essa crítica dialoga profundamente com o arcabouço teórico de Lélia Gonzalez, cuja obra oferece uma das formulações mais sofisticadas sobre a identidade afro-latino-americana e sobre a

centralidade da luta antirracista e antipatriarcal no Brasil. Seu conceito de *amefricanidade* sintetiza a ideia de que os povos negros das Américas compartilham trajetórias históricas marcadas pelo colonialismo, mas também pela resistência cultural e política. Em texto fundamental, Gonzalez descreve essa categoria nos seguintes termos:

A amefricanidade como uma categoria político-cultural, que, a seu ver, ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses. De acordo com nossa autora, há um processo histórico altamente dinâmico presente na amefricanidade que nos aproxima de outras categorias político-culturais e processos políticos internacionais. A dinâmica de que ela trata — adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas — é a marca do seu próprio pensamento. (GONZALEZ, 2020, p. 17–26).

Desse modo, a amefricanidade rompe com o mito da latinidade homogênea e evidencia que a experiência negra e indígena constitui o núcleo invisibilizado da formação continental. Para Gonzalez, assumir essa identidade é condição para uma verdadeira descolonização, pois implica recuperar as raízes afro-ameríndias como fundamento civilizatório e horizonte político-transformador.

Além disso, sua crítica ao racismo desmonta a narrativa de democracia racial e evidencia que a marginalização da população negra é sustentada por instituições e práticas sociais que preservam o privilégio branco. Gonzalez acrescenta, entretanto, um elemento essencial, o patriarcado como estrutura inseparável do racismo. O feminismo negro, em sua obra, surge como horizonte de renovação social porque revela os múltiplos níveis de opressão que atravessam as mulheres negras e, ao mesmo tempo, aponta caminhos para reorganizar a sociedade a partir de uma ética comunitária, insurgente e plural. Assim, quando o quilombismo propõe uma nova concepção de Estado, ele encontra no pensamento de Gonzalez não apenas respaldo, mas ampliação: a transformação nacional não é possível sem enfrentar simultaneamente as opressões raciais, econômicas, patriarcais e coloniais.

Esse projeto de nação, entretanto, não se fundamenta apenas na afro-brasilidade. Ele incorpora também a presença indígena como componente estrutural da luta anticolonial. Abdias reconhece, em diversos textos, que a opressão sofrida pelo povo negro no Brasil não pode ser compreendida isoladamente; ela é parte de um sistema mais amplo que também vitimou e continua a vitimar as populações originárias. A aliança afro-indígena, para Abdias, não é retórica, mas histórica. Desde os primeiros quilombos, africanos fugidos encontraram em povos indígenas aliados fundamentais, seja no compartilhamento de territórios, seja na troca de saberes, técnicas, alimentos, estratégias de

sobrevivência e formas de organização comunitária e religiosa que, ainda hoje, se expressam na presença dos chamados “caboclos” nos cultos afro-brasileiros.

Em *O Quilombismo*, Abdias reafirma essa ligação, destacando que:

Nosso Brasil é tão vasto, ainda tão desconhecido e despovoado que podemos supor, sem grande margem de erro, que existem muitas comunidades negras vivendo isoladas [...] mantendo estilos e hábitos de vida africana, ou quase, sob um regime de agricultura coletiva de subsistência ou sobrevivência. Essa coexistência, muitas vezes, se deu em íntima colaboração com populações indígenas, cuja presença, saberes e práticas se entrelaçaram com os nossos modos de existência e resistência. (NASCIMENTO, 1980, p. 213–214).

O quilombismo retoma essa memória para projetá-la como base política contemporânea, afirmando que a construção de um Estado descolonizado só pode ocorrer mediante o reconhecimento e a valorização das nações indígenas que compõem o Brasil. A articulação afro-indígena, portanto, não é apenas herança histórica: é horizonte político de um projeto nacional antirracista, comunitário e profundamente enraizado nas tradições de solidariedade e complementaridade entre povos oprimidos.

A presença indígena no projeto quilombista ganha densidade teórica quando articulada às reflexões de Darcy Ribeiro sobre a formação multiétnica da sociedade brasileira. Em *O Povo Brasileiro* (Ribeiro, 1995), Darcy argumenta que o país não se formou como continuidade natural de uma cultura europeia, mas como resultado de um processo complexo de choque, fusão e recriação entre matrizes indígenas, africanas e europeias. Para o antropólogo, a heterogeneidade é constitutiva do Brasil, e qualquer projeto nacional que tente apagá-la está destinado ao fracasso. Embora Darcy não proponha um Estado afrocentrado e sim o chamado “socialismo moreno”, sua análise fornece as bases para reconhecer que os elementos africanos e indígenas foram decisivos na produção da cultura brasileira e, portanto, devem ser centrais em qualquer projeto de nação que se pretenda autêntico e soberano.

A partir desse entendimento, o quilombismo transforma essa memória histórica em fundamento político contemporâneo, argumentando que a reconstrução do Brasil deve necessariamente reconhecer e valorizar as nações indígenas que compõem o país. Abdias sustenta essa posição ao reconhecer Palmares como uma experiência civilizatória plural, afirmando:

Dia da morte do grande líder negro nacional, Zumbi, responsável pela primeira e única tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos – negros, índios e brancos – realizaram um grande avanço político, econômico e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos. (NASCIMENTO, 1980, p. 256).

Ao destacar Palmares como experiência multirracial fundada na liderança negra, Abdias demonstra que a articulação afro-indígena não é um acréscimo tardio, pelo contrário, o mesmo, se mostra parte de sua própria genealogia sociopolítica. Assim, o quilombismo reivindica essa história para projetar um futuro no qual a participação indígena é elemento indispensável da construção de um Estado verdadeiramente descolonizado, plural e antirracista, capaz de romper com o genocídio interno que estruturou o Brasil.

A dimensão internacional do quilombismo constitui um dos aspectos menos discutidos, mas mais profundos, da obra de Abdias do Nascimento. Desde as décadas de 1960 e 1970, Abdias participou de congressos pan-africanistas, conferências internacionais e fóruns anticoloniais, articulando-se a movimentos de libertação africanos e caribenhos. Sua atuação diplomática e intelectual em países como Senegal, Nigéria, Estados Unidos, Trinidad e Tobago e em instituições multilaterais não foi apenas circunstancial, mas parte de uma estratégia política, projetar o Brasil negro no cenário global, vinculando-o às lutas da diáspora africana e dos países recém-independentes do continente. Logo, é impossível não notar a vocação internacionalista natural deste ideário, inspirado pela experiência histórica dos quilombos, mas também pelo espírito transnacional que orientou o pan-africanismo ao longo do século XX.

Abdias compreendeu que a opressão sofrida pela população negra no Brasil faz parte de um sistema mais amplo, no qual o colonialismo, o imperialismo e o racismo global se articulam para manter povos africanos e afrodescendentes em posição de subordinação. A partir dessa leitura, articula-se uma política externa negra para o Brasil, uma diplomacia cuja prioridade é estabelecer solidariedade ativa com povos africanos e caribenhos, além de fortalecer alianças com movimentos da diáspora, como a luta afro-americana pelos direitos civis.

O movimento pan-africanista brasileiro, entretanto, não se limita a esses vínculos teóricos. Ele também se articula às experiências de mobilização interna, especialmente ao Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, cuja plataforma política reivindicava simultaneamente direitos civis, combate ao racismo e unidade com lutas negras internacionais. O quilombismo dialoga diretamente com essas pautas, ao propor um projeto de Estado baseado na afro-brasilidade, Abdias destaca o Brasil na constelação global das lutas negras, afirmando que a emancipação nacional só é possível quando o país romper com sua posição subordinada no sistema internacional, fortalecendo laços com povos

africanos e com a diáspora. Assim, consolidando também não como simples teoria interna, mas instrumento de reorientação geopolítica.

Nascimento (1980) apresenta diretrizes concretas que visam transformar radicalmente a estrutura estatal brasileira. A primeira delas diz respeito ao autogoverno negro, entendido como a capacidade das populações afrodescendentes de participar plenamente da construção das instituições políticas e de exercer poder sobre seus territórios e modos de vida. Abdias não propõe separatismo, mas afirma que a inclusão real exige autonomia política e capacidade de autodeterminação, algo que apenas um Estado antirracista e descolonizado pode garantir.

Outro elemento central é a autonomia territorial, o autor argumenta que os quilombos contemporâneos, reconhecidos ou não pelo Estado, são herdeiros diretos da tradição quilombola e devem ser legitimados como espaços de autogestão, soberania comunitária e produção econômica cooperativa. Nesse sentido, a luta pela terra torna-se luta por futuro, pois, sem território, não há possibilidade de reconstrução cultural ou política. A educação afrocentrada é outro pilar do projeto quilombista, Abdias defende a necessidade de uma reforma profunda no sistema educacional, de modo a romper com currículos eurocêntricos e reconhecer as epistemologias africanas e afro-diaspóricas como fundamentos legítimos do conhecimento (NASCIMENTO, 1980)

No âmbito econômico, é proposto um sistema baseado na economia comunitária. A produção deve ser orientada pelas necessidades da coletividade, e não pela lógica do mercado, integrando-se às práticas de solidariedade e autogestão herdadas dos quilombos históricos. Finalmente, Abdias sustenta que uma transformação cultural profunda é necessária para desmontar o imaginário da branquitude que sustenta o Estado racial brasileiro. Essa transformação exige não apenas políticas públicas, mas uma verdadeira revolução (implosão e reconstrução das estruturas), capaz de reposicionar a cultura afro-brasileira no centro da identidade nacional (NASCIMENTO, 1980).

As diretrizes apontadas por Abdias culminam na formulação de um Estado multicultural, antirracista e redistributivo. Multicultural não no sentido liberal de mera celebração da diversidade, mas como estrutura institucional capaz de garantir poder e autonomia a povos historicamente marginalizados. Antirracista porque se constrói sobre o reconhecimento explícito das desigualdades raciais e sobre a adoção de políticas de reparação, justiça e inclusão substantiva. Redistributivo porque rompe com a concentração histórica de terras, riquezas e oportunidades nas mãos de uma elite branca e se orienta pela equidade econômica.

Portanto, pode-se dizer que o quilombismo é, ao mesmo tempo, projeto nacionalista preto e projeto pluralista brasileiro. Ele emerge das lutas e experiências da população afrodescendente, mas não se dirige apenas a ela, incorpora povos indígenas e reconhece a multidimensionalidade étnica do Brasil (inclusive dos brancos aliados que aqui vivem). Sob essa liderança civilizatória afro-brasileira (fundamentada não na exclusão, mas na centralidade histórica e cultural) Abdias propõe um país soberano, forte e descolonizado, capaz de romper tanto com o colonialismo interno quanto com a dependência internacional. Trata-se de um projeto de refundação nacional que parte das raízes afro-indígenas do Brasil para construir um futuro emancipado, igualitário e plenamente democrático.

Conclusão

Ao longo deste estudo, buscou-se demonstrar que o quilombismo formulado por Abdias do Nascimento constitui um dos projetos políticos mais complexos, originais e radicalmente descolonizadores já desenvolvidos no âmbito do pensamento social brasileiro e afro-diaspórico. Longe de ser apenas uma proposta identitária ou cultural, o quilombismo apresenta-se como programa de transformação estrutural da sociedade brasileira, recuperando a experiência histórica dos quilombos para convertê-la em horizonte de futuro. Abdias parte da constatação de que a história nacional foi construída sobre bases escravistas, racistas e coloniais, cujo legado se expressa no genocídio contínuo da população afro-indígenas, na desigualdade estrutural e no apagamento simbólico das matrizes africanas e indígenas.

A partir dessa crítica, o quilombismo emerge como alternativa radical ao capitalismo dependente, ao Estado racial e ao mito da democracia racial. O quilombo, inicialmente compreendido como espaço de resistência à escravidão, transforma-se em matriz civilizatória capaz de orientar a reorganização da vida, da política, da economia e da cultura. A leitura de Abdias dialoga diretamente com Clóvis Moura e Beatriz Nascimento, que identificam nos quilombos sistemas sociais alternativos, estruturas de produção coletiva e territorialidades negras que reconfiguram a noção de comunidade e poder. É dessa herança histórica, e não de modelos importados, que Abdias extrai os fundamentos de seu projeto político.

O quilombismo também se insere no campo do socialismo negro e comunalista, aproximando-se das formulações de Julius Nyerere, Amílcar Cabral e Frantz Fanon. Como Nyerere, Abdias defende um socialismo ancorado em valores comunitários, no qual a propriedade privada não desempenha

papel central e a vida coletiva constitui eixo da reprodução social. Como Cabral, reconhece que a libertação só pode ser alcançada mediante descolonização cultural e reconstrução da consciência política. Como Fanon, compreende que a luta antirracista exige enfrentar tanto as estruturas materiais quanto as subjetividades colonizadas. Assim articulando anticapitalismo, antirracismo e pan-africanismo, configurando um modelo de socialismo enraizado em experiências afro-diaspóricas e atento às especificidades da formação brasileira.

Em termos geopolíticos, no plano interno, Abdias propõe a construção de uma nação afro-centrada que reconheça a centralidade da cultura negra e valorize a presença indígena como componente fundamental da identidade brasileira. Em diálogo com Lélia Gonzalez e demais pensadores revolucionários, o quilombismo assume que não há Brasil possível sem a valorização de suas matrizes africanas e indígenas, matrizes historicamente violentadas, mas também portadoras de projetos civilizatórios alternativos. Ao propor autogoverno negro, autonomia territorial, educação afrocentrada, economia comunitária e uma profunda transformação cultural, o quilombismo apresenta diretrizes concretas para a construção de um Estado antirracista, multicultural e redistributivo. No plano internacional, é reivindicado o alinhamento do Brasil às lutas negras globais e às nações africanas em processo de reconstrução pós-colonial. Abdias insere o Brasil no campo do pan-africanismo, defendendo que a emancipação nacional só pode ser plena quando o país romper com sua posição de dependência e se conectar às lutas da diáspora e do continente africano. Trata-se de uma política externa negra capaz de reorientar a geopolítica brasileira a partir da solidariedade entre povos que partilham uma história comum de dominação e resistência.

Dessa forma, o quilombismo revela-se não apenas como teoria política, mas como projeto de nação. É um projeto nacionalista preto, mas não exclusivista, afrocentrado, e não homogêneo, enraizado nas lutas históricas das populações negras e indígenas, mas aberto à construção de uma sociedade plural e democrática. Sob essa perspectiva, é oferecido ao Brasil uma possibilidade de refundação, não baseada em modelos europeus ou idealizações harmônicas, mas na coragem de assumir suas próprias raízes civilizatórias e transformar sua estrutura social, política e econômica a partir delas.

Destarte, o que se pode perceber, é que, o quilombismo é uma das mais poderosas formulações de futuro já apresentadas para o Brasil. Ele não busca restaurar um passado idealizado, mas mobilizar o legado da resistência negra para construir um país soberano, igualitário e descolonizado, capaz de

romper com o projeto de branquitude que orientou sua formação e, finalmente, concretizar o princípio de liberdade que os quilombos, em sua existência histórica, anteciparam. O desafio que permanece é o de transformar essa visão em prática política capaz de envolver sujeitos coletivos, instituições e movimentos sociais, para que o horizonte quilombista deixe de ser apenas possibilidade e se torne caminho efetivo para a refundação e emancipação definitiva da nação brasileira.

Referências bibliográficas:

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria: unidade e luta**. Lisboa: Seara Nova, 1969.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Ática, 1981.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NYERERE, Julius. **Ujamaa: essays on socialism**. Dar es Salaam: Oxford University Press, 1968.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.